



DIRECTION GÉNÉRALE DE L' ADMINISTRATION  
ET DE LA MODERNISATION

DIRECTION DES RESSOURCES HUMAINES

Sous-direction de la Formation et des Concours

Bureau des Concours et Examens professionnels  
RH4B

---

**CONCOURS EXTERNE ET INTERNE POUR L'ACCÈS A L'EMPLOI DE  
SECRETAIRE DES AFFAIRES ETRANGÈRES (CADRE GENERAL)  
AU TITRE DE L'ANNÉE 2018**

---

**ÉPREUVES ÉCRITES D'ADMISSIBILITÉ**

**Jeudi 28 septembre 2017**

**PORTUGAIS**

Durée totale de l'épreuve : 3 heures

Coefficient : 2

Toute note inférieure à 10 sur 20 est éliminatoire.

Barème de notation : composition en portugais 12 points ; traduction en français 8 points



**TRADUCTION EN FRANÇAIS**

*Traduction en français d'un texte rédigé en portugais.*

TEXTE AU VERSO

## **Vítimas do Estado Novo não querem que permaneçam símbolos da ditadura em Portugal**

Nem um museu sobre António Oliveira Salazar nem uma ponte chamada Salazar – as vítimas do Estado Novo consideram que não devem permanecer símbolos da ditadura em Portugal, conclui um estudo realizado por uma equipa do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. O inquérito procura saber o que pensam as vítimas da ditadura, 90 anos depois do golpe militar de 28 de Maio de 1926 que pôs termo à Primeira República e deu início ao antigo regime.

O inquérito questionou 131 pessoas que, por motivos político-ideológicos, foram alvo de prisão ou detenção, exílio, clandestinidade, afastamento da função pública, expulsão do sistema de ensino, e foram desertores ou refractários.

Sobre a construção do museu, 51% dizem que não devia ser permitida, 23% são a favor, e 26% não optam por qualquer posição. Mas na questão da mudança de nome da Ponte Salazar para Ponte 25 de Abril a opinião é muito mais expressiva: 84% concordam e apenas 5% discordam. “Há uma tendência em Portugal para rejeitar a permanência de alguns símbolos ligados ao Estado Novo”, disse Filipa Raimundo, coordenadora do estudo.

Filipa Raimundo cruzou alguns dados deste inquérito com um outro do ICS e chegou à conclusão de que há uma notória diferença entre a avaliação dos ex-membros da oposição e resistência e a da população em geral. 94% das vítimas do Estado Novo dizem que este teve mais coisas negativas do que positivas enquanto a população em geral tem uma posição ambígua: 47,2% faz uma avaliação negativa, 31,5% diz que foi tão positivo como negativo e 21,2% tem uma impressão mais positiva que negativa.

A análise etária das respostas permite perceber que são as faixas nos extremos que têm uma avaliação mais positiva do Estado Novo – os mais velhos porque foram socializados nas décadas antes da guerra colonial, e os mais novos porque não tiveram qualquer contacto com a realidade do antigo regime.

O inquérito também procurou saber se as medidas de reparação e de reconhecimento pela resistência ao Estado Novo decididas pelos sucessivos governos desde 1974 foram eficazes e suficientes. Entre elas contam-se as amnistias para quem fugiu do país para escapar ao serviço militar, a possibilidade de reintegração a quem fora afastado da função pública ou das Forças Armadas por motivos político-ideológicos, a criação de uma pensão por méritos excepcionais na defesa da liberdade e da democracia. Apesar disso, cerca de 72% dos inquiridos consideram que as vítimas “ainda não obtiveram o reconhecimento que merecem”.

As vítimas do Estado Novo também avaliaram de modo muito negativo a forma como a democracia lidou com os funcionários da PIDE/DGS. Cerca de 95% dizem que “não foi feita justiça”, ao passo que apenas 65% da população em geral partilha dessa opinião.

Para esta avaliação negativa das vítimas terá contribuído o facto de parte dos funcionários da PIDE terem sido detidos mas libertados em seguida, justifica a investigadora. Dos 2667 processos de funcionários e colaboradores da PIDE enviados a julgamento, dois terços foram condenados a penas entre um e seis meses de prisão, acrescenta Filipa Raimundo.